



NOTA 11 - FORNECEDORES

	2016	2015
Fornecedores de materiais e medicamentos	3.956.099	2.678.501
Fornecedores de materiais em geral	1.634.008	453.286
Fornecedores - Bens	49.755	43.750
Fornecedores de próteses	1.524.206	2.537.685
Fornecedores de serviços	1.117.504	1.277.578
Fornecedores - Honorários médicos	814.890	564.327
Outros fornecedores	1.131.287	1.029.983
Total	10.227.749	8.585.110

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Resumo - Obrigações Financeiras								
BANCO	MODALIDADE	GARANTIA	TAXA ANUAL%	MOEDA	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	SALDO 2016	SALDO 2015
Banco Brast	Capital de Giro	Aval	11,96%	Real	601.852	601.852	601.852	2.046.296
Banco Santander	Capital de Giro	Sus/Aval	16,63% a 21,70%	Real	5.787.915	5.787.915	9.775.386	8.725.404
Banco HSBC	Capital de Giro	Receivíveis da Clinipam	15,21%	Real	-	-	-	1.445.307
Banco Brast	Capital de Giro	Aval	CDI - OVER +149% aa	Real	181.818	181.818	181.818	727.273
Paraná Banco	Capital de Giro	SUS / Aval	23,23%	Real	1.413.115	1.413.115	2.107.559	3.257.138
Banco HSBC	Capital de Giro	Receivíveis do SUS / BNDES	9,00%	Real	1.734.940	1.734.940	6.795.181	8.530.120
Banco Itaú	Rotativa	Aval	CDI + 0,718 a.m	Real	5.500.000	5.500.000	5.500.000	1.150.000
Paraná Banco	Rotativa	Aval	CDI + 0,65 A.m	Real	500.000	500.000	500.000	900.000
Banco Bradesco	Rotativa	Aval	1,68% a.m	Real	1.291.824	1.291.824	1.291.824	997.384
Banco Santander	Rotativa	Receivíveis da Unimed	CDI+ 0,46%	Real	2.934.000	2.934.000	2.934.000	1.500.000
Banco Safra S.A.	Rotativa	Aval		Real	500.000	500.000	500.000	-
Paraná Banco	Rotativa	Aval		Real	500.000	500.000	500.000	-
TOTAIS					20.945.464	20.945.464	30.687.620	29.374.381

Os valores contábeis dos empréstimos estão reconhecidos pró-rata. O aumento na utilização de contas garantidas em 31/12/16 em relação a 31/12/15, foi causado pelo atraso no repasse – pela Prefeitura Municipal de Curitiba – do valor de R\$ 3.026.156, que deveria ter ocorrido na 2ª quinzena de Dezembro/16, porém só foi efetuado parcialmente em 09/01/17 (R\$ 2.032.002) e o restante em 20/02/17. Ressalte-se que já estão em curso as iniciativas para buscar alongamento da dívida, com diminuição dos juros, conforme possibilidade divulgada pelo Governo Federal e junto ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2016	2015
Salários e ordenados a pagar	5.513.055	3.687.943
Encargos Sociais a pagar	1.231.934	721.307
Provisão de Férias e Encargos	7.443.797	6.539.354
Total	14.188.786	10.948.604

NOTA 14 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade mantém provisões para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco "provável" no montante de R\$ 5.265.463 (Cinco Milhões, Duzentos e Sessenta e Cinco Mil e Quatrocentos e Sessenta e Três Reais) de R\$ 8.646.409 (Oito Milhões, Seiscentos e Quarenta e Seis Mil e Quatrocentos e Nove Reais) classificadas como "possível" pelos assessores jurídicos. A administração prevê que a provisão para contingência constituída no montante de R\$ 13.911.872 (Treze Milhões, Novecentos e Onze Mil e Oitocentos e Setenta e Dois Reais), é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais.

	2016	2015
Contingências Trabalhistas	86.000	30.000
Contingências Cíveis	1.447.662	1.897.661
Contingências Fiscais	3.731.801	3.744.937
Total Contingências Prováveis	5.265.463	5.672.598
Contingências Trabalhistas (*)	6.454.279	989.692
Contingências Cíveis	2.192.130	3.162.566
Total Contingências Possíveis	8.646.409	4.152.258
Depósitos Judiciais		
Efeito Líquido Contabilizado	13.911.872	9.824.856
Contingências Prováveis	5.265.463	5.672.598
Contingências Possíveis	8.646.409	2.796.424
Total	13.911.872	8.469.022

profissionais que atuavam como pessoas físicas e/ou jurídicas e sem a interferência da Cooperativa dos Médicos Pediatras do Paraná - COMEP. A Associação Raul Carneiro, já há anos vem adotando provisões para a regularização da situação, inclusive através da readequação do relacionamento com aquela Cooperativa que, por sua vez promoveu recentemente profunda reforma na sua organização interna, visando atender a legislação pertinente à sua área de atuação. No exercício de 2016 foram contabilizadas 100% das contingências com a probabilidade de perda consideradas como prováveis e possíveis, conforme laudos dos assessores jurídicos, sendo que em 2015 foi contabilizado 100% para as prováveis e 67% para as possíveis.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Associação está representado pelo patrimônio social em R\$ 35.953.245 (Trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e três mil e duzentos e quarenta e cinco reais), por saldo de déficit acumulado de R\$ 6.266.073 (seis milhões, duzentos e sessenta e seis mil e setenta e três reais) e por ajuste de avaliação patrimonial sobre ativos em R\$ 42.601.033 (Quarenta e dois milhões, seiscentos e um mil e trinta e três reais).

NOTA 16 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2016	2015
Receitas da Área de Saúde	139.215.526	129.726.633
Sistema Único de Saúde - SUS	50.276.089	53.015.658
Convênios	86.753.928	74.022.167
Particulares	2.185.509	2.688.808
Receitas da Área de Educação	23.227.939	16.681.872
Mensalidades	21.716.735	15.932.575
Outras Receitas.	1.511.204	749.297
Captação de Recursos	35.375.480	32.072.125
Subvenções sociais	21.859.949	18.609.845
Campanhas Iniciativa Privada	13.515.531	13.462.280
Receita Operacional Bruta	197.818.945	178.480.630
Glossas de Convênios	(4.717.150)	(5.126.707)
(-) Deduções da Receita	(4.717.150)	(5.126.707)
Receita Operacional Líquida	193.101.795	173.353.923

NOTA 16.1 – USO DOS RECURSOS ORIUNDOS DA CAPTAÇÃO

No ano de 2016, o uso dos recursos oriundos da Captação de Recursos atingiu o expressivo montante de R\$ 35.375.480 (Trinta e cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e oitenta reais), o que significa um aumento de 10,29% (Dez vírgula vinte e nove por cento) em relação ao exercício de 2015 que foi de R\$ 32.072.125 (Trinta e dois milhões, setenta e dois mil e cento e vinte e cinco reais), contribuindo decisivamente para o resultado superavitário ora verificado. O ótimo desempenho na utilização dos recursos citados, deve-se a adequação da estrutura administrativa e adoção de processos de gestão voltados ao fiel cumprimento dos planos de aplicação de cada projeto de captação e/ou convênio. Todos os valores de captação apresentados estão ou em conta no Ativo (Nota 6) ou aparecem como "uso dos recursos captados", nesta Nota. Ressaltese que a totalidade da captação ocorrida no transcurso de 2016 só será reconhecida contabilmente quando efetivamente depositada nas contas bancárias da Associação.

NOTA 17 - GLOSSAS DE CONVÊNIOS

As glosas são registradas mensalmente, em obediência ao princípio de competência e são provenientes do não pagamento por parte dos planos de saúde e convênios médicos de valores referentes a procedimentos, medicamentos, materiais e taxas aplicados no atendimento de pacientes. Quando da implantação do Sistema Integrado de Gestão Hospitalar (MV 2000) em junho de 2012, optou-se pelo processo de faturamento integral, que a tudo incluiu, desconsiderando eventuais erros de registro, cadastro e divergências de tabelas, entre outros. Por decorrência disto, o alto percentual de glosas em anos anteriores, que chegaram a 18% (Dezoito por cento) do faturamento. Em 2015, para um faturamento de R\$ 74.022.167 de receitas com Convênios (planos de saúde) foram registradas glosas no valor de R\$ 5.126.707 ou seja, 6,93%. Já no exercício de 2016, para um faturamento de R\$ 86.753.926 (17,2% maior que 2015), foram registradas glosas no valor de R\$ 4.717.150, que representam 5,44% do faturamento. Esta boa melhoria de performance deve-se à contínua gestão e melhoria dos processos de faturamento, envolvendo toda a estrutura interna, bem como pela atuação eficaz juntos aos convênios e planos de saúde.

NOTA 18 - DESPESAS OPERACIONAIS

NOTA 18.1 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS

Em 2016, o total de R\$ 32.632.475 no grupo de Despesas Administrativas Gerais, foi afetado por um aumento significativo de R\$ 5.442.850 relacionado a despesas com provisões para contingências (ver nota 14).

NOTA 18.2 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2016	2015
Receita com Locação de Imóvel	229.048	207.115
Receita Com uso da marca	1.650.000	-
Receita Estacionamento	182.145	165.263
Receitas de Convênios para Estágio	1.641.436	901.368
Outras Receitas Operacionais	659.304	548.083
Reversão Provisão s/ Receivíveis SUS (*)	(6.000.000)	-
Outras Despesas Operacionais	113.839	(374.978)
Total	(1.751.906)	1.446.851

(*) Valor computado no resultado do exercício como perda, decorrente de reversão de provisão sobre recebíveis do SUS efetuadas em exercícios anteriores, a partir de 2009.

NOTA 19 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Receitas Financeiras		
Receitas de Aplicações Financeiras	839.034	239.750
Descontos Obtidos	391.176	426.863
Juros Recebidos	323.001	371.237
Total das Receitas Financeiras	1.553.211	1.037.850
Despesas Financeiras		
Juros Pagos/Descontos Concedidos	(586.908)	(663.891)
Taxas e Comissões bancárias	(363.430)	(388.224)
Encargos sobre Empréstimos Bancários	(2.524.233)	(6.712.546)
Total das Despesas Financeiras	(3.474.571)	(7.764.661)
Resultado Financeiro Líquido	(1.921.360)	(6.726.811)

Em 31/12/2015 foi detectada a necessidade de revisão dos critérios de contabilização dos Encargos sobre Empréstimos Bancários, onde estavam incorporados os juros a incorrer, distorcendo o valor. Em 2016, o montante traz os juros incorridos até a data do balanço, demonstrando com mais clareza o valor total e justificando a diferença substancial para o período anterior.

NOTA 20 - PRESTAÇÃO ANUAL DE SERVIÇOS AO SUS

Consoante as disposições do Decreto 7.237 de 20/07/2010, a entidade atendeu no exercício de 2016 as disposições estabelecidas pelo referido diploma legal. A legislação pertinente estabelece ainda que a entidade ofereça e preste efetivamente, pelo menos, sessenta por cento dos seus serviços ao Sistema Único de Saúde - SUS. A Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro atingiu o percentual de 61,12% de atendimentos aos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde), considerando a totalidade das diárias produzidas, dividida pelas diárias (pacientes) dos SUS (Sistema Único de Saúde).

NOTA 21 - APLICAÇÃO DE RECURSOS EM GRATUIDADE NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

Em concordância com as políticas da área de ensino desta Associação, em 2016 foram investidos R\$ 4.890.196 em educação (aumento de 29,75% em relação à 2015), a título de gratuidade em educação, além de bolsas de estudos, como incentivo ao desenvolvimento técnico e científico de profissionais da área de saúde, em sua maioria colaboradores lotados no Complexo Pequeno Príncipe.

NOTA 22 - ISENÇÕES USUFRUIDAS

Em 2016 a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro obteve isenções fiscais no valor total de R\$ 35.975.996 (Trinta e cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e noventa e seis reais), distribuídas da seguinte forma:

	RESUMO DAS ISENÇÕES POR INSTITUIÇÃO 2016				
	HPP	GEVA	FPP	IPPP	TOTAL
IRPJ	2.361.592	-	-	-	2.361.592
CSLL	858.813	-	-	-	858.813
INSS - Patronal	17.045.531	87.939	1.776.687	729.342	19.639.499
COFINS	3.877.703	157.249	696.838	-	4.731.789
PIS	1.453.318	37.234	214.891	26.235	1.731.678
IPTU	58.876	-	-	-	58.876
ISS	5.170.270	262.081	1.161.397	-	6.593.748
TOTAL GERAL	30.826.103	544.503	3.849.813	755.577	35.975.996

NOTA 23 - TRABALHO VOLUNTÁRIO

O custo do trabalho voluntário foi estimado pela Associação com base nos valores praticados pelo mercado para as atividades exercidas pelos voluntários, conforme demonstrado a seguir:

Exercício	TRABALHO VOLUNTÁRIO	
	total de HorasV	valor total
2015	16.869	R\$ 506.070
2016	22.066	R\$ 882.640

NOTA 24 - COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016 a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro possuía apólices de seguro contratado junto a seguradoras do país para a cobertura de riscos diversos, incêndio e roubo para imóveis, veículos e equipamento. A administração da Entidade considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações e bens.

NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os Ajustes de Exercícios Anteriores apresentados no Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 572.474 (quinhentos e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais), refere-se a reversão de ajustes ocorridos em exercícios anteriores sobre as contas do ativo imobilizado.

Ety da Conceição Gonçalves Forte
Presidente - CPF 819.422.739-91

José Álvaro da Silva Carneiro
Diretor Corporativo
CPF 010.153.039-00

Carlos Antonio da Fonseca
Contador CRCSP 135796/0-O SPR
CPF 039.127.858-48

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO Curitiba - PR

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – (IASB) e as entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002).

Base para opinião com ressalva
(a) Adequação da Depreciação conforme a Vida Útil do Bem
Conforme previsto na NBC TGG 1000 - Contabilidade para pequenas e Médias empresas, em sua Seção 17 - Ativo Imobilizado, a Associação não realizou a revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Desta forma, não foi possível mensurar os eventuais efeitos sobre os valores de depreciação nas respectivas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

(b) Recursos controlado pela entidade sem composição
A entidade possui registrado em seu ativo circulante, na rubrica de contas a receber de clientes o valor de R\$ 4.182.943, (quatro milhões, cento e oitenta e dois mil, novecentos e quarenta e três reais), R\$ 2.111.772, (dois milhões, cento e onze mil e setecentos e setenta e dois reais) em 2015, para o qual não foram apresentados documentos suporte, de modo que não nos foi possível opinar sobre a possibilidade de realização deste saldo. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos
As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015 apresentadas comparativamente, foram por nós examinadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório de auditoria com ressalvas, datado em 22 de abril de 2016. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as entidades sem fins lucrativos (NBC ITG 2002) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os elaboradores das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

CRISTIANO JOSÉ RIBEIRO DOS SANTOS
Contador CRC (SC) nº 022.513/0-0

FABIO EDUARDO LORENZON
Contador CRC (SC) nº 026.215/0-6